CORREIO ECONÔMICO



Funcionalidades para usuários do aplicativo MEI

MEIs têm mais de R\$ 2 bilhões em dívidas protestadas

As dívidas de Microempreendedores Individuais (MEIs) protestadas em Minas Gerais já somam R\$ 2,06 bilhões em 2025, segundo levantamento do Instituto de Protestos de Minas Gerais (IEPTB-MG). Em 2022, o montante era de R\$618 milhões — alta de 234.77% no período.

O número de protestos também aumentou de forma expressiva: foram 21.730 títulos em 2022

Pendências

"Somente neste ano, foram identificados mais de 67 mil protestos de MEIs, envolvendo valores superiores a R\$2 bilhões. Esse volume mostra que o mecanismo vem sendo utilizado pelos credores para resolver pendências financeiras com rapidez e segurança", diz Gabriel.

contra 67.359 neste ano. Do total registrado em 2025, 47,98% correspondem a reincidentes -MEIs que já tiveram outros protestos — e 52,02% são novos registros.

Para Leandro Gabriel, diretor-presidente do IEPTB MG, os números revelam tanto a importância do protesto extrajudicial para a recuperação de créditos quanto o desafio de conter a reincidência.

Acumulado

Considerando o acumulado dos últimos três anos, o impacto é ainda maior: foram 179.389 títulos protestados, somando mais de R\$ 6,29 bilhões. "Quase metade desse total é de reincidentes, empreendedores que voltaram a ter dívidas protestadas, e novos registros" explica.



Expectativa de aquecer setor com o programa

Novo crédito imobiliário atenderá a classe média

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um novo modelo de crédito imobiliário do país, que reestrutura o uso da poupança para ampliar a oferta de crédito, especialmente para a classe média. Lula participou do evento Incorpora 2025, em São Paulo (SP), um dos maiores do setor. Após um período de transição, o total dos recursos depositados na caderneta de poupança será referência para uso no setor habitacional, com o fim dos depósitos compulsórios no Banco Central (BC). Além disso, o valor máximo do imóvel financiado no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) passará de R\$ 1,5 milhão para R\$

Até R\$ 12 mil

Atualmente, as famílias com renda até R\$ 12 mil são atendidas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que tem juros menores. Desde o início do seu terceiro mandato, o presidente Lula defende uma alternativa de financiamento para a classe média.

Transição

Após um período de transição, explica o governo, o direcionamento obrigatório de 65% dos depósitos da poupança acabará e os depósitos compulsórios no BC também. Para isso, 80% dos financiamentos deverão ser feitos pelas regras do SFH, que têm juros limitados a 12% ao ano.

Recursos

2,25 milhões.

A previsão é que, com a mudança, a Caixa Econômica Federal financie mais 80 mil novas moradias até 2026. Hoje, 65% dos recursos da poupança captados pelos bancos são direcionados ao crédito imobiliário; 15% estão livres para operações mais rentáveis e 20% ficam com o BC.

Poupança

O total dos recursos depositados na caderneta de poupança passará a ser referência para o volume de dinheiro que os bancos devem destinar ao crédito habitacional, incluindo as modalidades do SFH e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

Pesquisa faz o retrato da desigualdade brasileira

Os 10% mais ricos receberam 15,5 vezes a mais que os 40% mais pobres no Brasil

Por Martha Imenes

A diferença entre os dois extremos da pirâmide social deixa à mostra a desigualdade e a concentração de renda no Brasil. Em 2024, os 10% brasileiros mais ricos tiveram rendimentos 15,5 vezes maiores que os 40% mais pobres, mesmo após o retorno da política de valorização do salário mínimo e da forte geração de em-

O dado faz parte do Boletim Desigualdade nas Metrópoles, produzido em parceria entre o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Observatório das Metrópoles, Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina.

"Encontramos um cenário de terra arrasada em 2023. Nem mesmo na época da transição pudemos ter a clareza do tamanho do abismo social que estava se consolidando no país", disse um interlocutor do governo, que pediu anonimato.

O Índice de Gini, criado para medir o grau de concentração de renda, caiu ao menor nível histórico nas metrópoles brasileiras, com índice 0,534 em 2024. O indicador, que se baseia no rendimento domiciliar per capita, mede o grau



Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para mitigar a fome e a miséria

de distribuição desses rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. Quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade.

Um dos coordenadores do estudo, o professor da PUCRS André Salata, explica que o coeficiente de Gini acima de 0,5 já é um nível de desigualdade muito alto, e ressalta que a taxa de pobreza nas metrópoles é de quase 20%.

"Tudo isso indica uma situação social que não é nada desejável. Então, se a gente olhar só a foto não há nada a se comemorar. Agora, quando você olha o movimento dos úl-

timos anos, ou seja, o filme dos últimos anos, aí a gente tem motivos para se alegrar um pouco mais, e ser um pouco mais otimista, porque é um movimento de melhoria, de redução da pobreza, de aumento da renda média." pondera.

Fontes de renda

As fontes de renda variam, aponta o professor e economista do Ibmec, Gilberto Braga: "Para os mais pobres, a renda do trabalho é a principal fonte, enquanto os mais ricos podem contar com rendimentos de investimentos".

De acordo com ele, a tabela

do Imposto de Renda, ao aliviar a carga tributária sobre os mais pobres, aumenta sua renda disponível para consumo. No entanto, o impacto na pesquisa depende da forma como a renda é medida (bruta ou líquida): "Se a pesquisa considerar a renda líquida, a alteração no Imposto de Renda pode reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres".

"Para diminuir a desigualdade, são necessárias políticas distributivas e incentivos à capacitação profissional, visando melhorar as oportunidades de trabalho", finaliza Braga.

Particularidades da pirâmide social

O economista e professor do Ibmec, Gilberto Braga, chama atenção para algumas particularidades em relação à pirâmide social. "É crucial entender que o aumento geral dos rendimentos não implica necessariamente que a riqueza esteja se concentrando. A simples constatação de que os rendimentos aumentaram não revela a dinâmica da distribuição de renda", diz.

Ele explica que a disparidade entre os mais ricos e a base da pirâmide salarial é evidente, mas a conclusão sobre o grau de concentração de renda exige uma análise mais aprofundada.

Menor renda

"Aumentos nos rendimentos das faixas de menor renda indicam uma melhora na distribuição, o que é positivo. Contudo, isso não garante que os mais ricos não estejam, simultaneamente, aumentando sua riqueza. O ritmo de crescimento pode ser diferente entre as faixas de renda",

De acordo com Braga, a análise dos dados de emprego do IBGE, com desemprego em níveis historicamente baixos, sugere uma entrada considerável de pessoas no mercado de trabalho. "O desemprego próximo a 5% indica uma situação próxima ao pleno emprego, onde a maioria das pessoas que buscam trabalho

"Observamos que, mesmo com diferentes níveis de qualificação e formalização, há oportunidades de trabalho. A disparidade de renda é uma característica histórica no Brasil, exacerbada em períodos de instabilidade econômica, como inflação e custos de vida elevados. Nestes cenários, os mais pobres podem sofrer um empobrecimento temporário", explica o economista do Ibmec.

Mercado de trabalho mais aquecido

"Nos últimos anos, tivemos um mercado de trabalho mais aquecido, em grande medida se recuperando da pandemia, com baixa desocupação. E também o retorno da política de valorização real do salário mínimo, que a gente sabe que faz diferença principalmente nas camadas mais baixas", pontua o professor da PUCRS, André Salata.

"E o país está conseguindo aliar esses dois fatores com o controle da inflação. Pra todo mundo está melhorando, mas está melhorando proporcionalmente mais para quem está na base da pirâmide", completa.

Como resultado, o aumento da renda foi maior entre os 40% mais pobres, saindo de R\$ 474 por pessoa em 2021, para R\$ 670 em 2024, o que também é um recorde da série his-



Dados sobre o mercado de trabalho melhoraram

tórica. Isso ajudou a diminuir também a taxa de pobreza nessas regiões, de 31,1% em 2021 para 23,4% em 2023, chegando a 19,4% no ano passado, o que significa que 9,5 milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza entre 2021 e 2024.

Regiões metropolitanas

O boletim congrega dados das 20 Regiões Metropolitanas do país (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Sal-

vador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia) e também de Brasília e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

"Mais de 40% da população brasileira está nas metrópoles, o que significa mais de 80 milhões de pessoas. E dentro das nossas regiões metropolitanas, a gente encontra alguns dos maiores desafios para consolidar a cidadania no Brasil, em especial para as camadas mais pobres. E quando a gente analisa a desigualdade dentro dessas regiões, a gente tá falando daquela desigualdade que o morador encara diariamente", finaliza o professor André Salata.

Insegurança alimentar grave cai 19,9%

O número de domicílios que enfrentaram insegurança alimentar grave no Brasil diminuiu 19,9% no intervalo de um ano.

Em 2023, 3,1 milhões de lares estavam nesta situação, quantidade que caiu a 2,5 milhões em 2024.

Esses dados mostram que o percentual de famílias em que houve percepção de insegurança alimentar grave passou de 4,1% para 3,2% dos domicílios.

As informações fazem parte da edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua sobre segurança alimentar, divulgada nesta sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os pesquisadores visitaram famílias em todas as partes do

país e perguntaram sobre a percepção dos moradores em relação à insegurança alimentar nos três meses anteriores à entrevista.

Para classificar os domicílios, o IBGE seguiu a Escala Brasileira de Insegurança Ali-

mentar (Ebia), que determina quatro graus: •segurança alimentar – aces-

so suficiente à comida, sem

precisar comprometer outras necessidades

•insegurança alimentar leve -preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos •insegurança alimentar moderada – redução ou falta da quantidade de comida entre adultos •insegurança alimentar grave redução ou falta também entre crianças. A fome passa a ser uma experiência vivida no lar.